



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

162

SET/OUT 2015

FILIADO À



E À **CONDSEF**

DERROTAR O AJUSTE FISCAL!

Que os ricos paguem pela crise!

Pág. 03



**20º Congresso
do Sindsef-SP**

16 e 17 de outubro de 2015
Hotel San Raphael

Pág. 08

EDITORIAL

- Hoje um passo atrás,
amanhã dois à frente!

Pág. 02

CAMPANHA SALARIAL

- Lições da Campanha de 2015
- Marcha Nacional dos
Trabalhadores e Encontro

Págs. 04-05

GIRO NOS ÓRGÃOS

- Inbra ■ SPU
- Fundacentro ■ Ipen
- Ibama ■ MTE

Págs. 06-07



Hoje um passo atrás, amanhã dois à frente!

Os servidores públicos federais chegam ao fim de mais uma campanha salarial enfrentando duras ataques do governo. Ficou claro para os servidores que Dilma, para fazer frente a crise econômica, vem adotando uma série de medidas que atacam os direitos dos trabalhadores, promovendo cortes duríssimos nos gastos com Saúde, Educação e outros serviços essenciais a população brasileira.

Entender quais tem sido as prioridades do governo e para onde tem ido a maior parte dos recursos públicos é fundamental para sabermos contra o quê estamos lutando.

Em São Paulo, o Sindsef-SP dirigiu greves e paralisações importantes, como a dos trabalhadores do MTE, IPEN e Incra, dentre outros processos de luta. Apesar de forte em muitos setores, a greve dos servidores contou com baixa adesão da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) que representa a maioria dos trabalhadores do executivo. A confederação não jogou peso na mobilização nacionalmente, demonstrando mais uma vez que segue fiel ao governo do PT e seus



Foto: Jane Franco

aliados. Mas, paga-se um preço por esta posição equivocada. O desgaste desta entidade na base é muito forte. É comum ouvir nas assembleias que não há como confiar nos dirigentes que rifam a categoria para favorecer o governo. Alguns chegam a defender até a necessidade de desfiliação do Sindsef-SP da Condsef.

Discutir os rumos da Condsef e as possibilidades de construção de uma alternativa de direção para a entidade será um dos grandes desafios colocados para o próximo período.

Esses elementos não são pequenos quando sabemos que as vidas de milhares de servidores estão em jogo, e que o resultado das campanhas salariais irá interferir diretamente, pelo menos, pelos próximos anos, nas condições de sobrevivência da categoria.

Acreditar na força do coletivo e na necessidade de lutar são condições essenciais para realizar um movimento

forte. Não há nada que tenha sido conquistado nestas últimas décadas que não tenha sido fruto da luta da própria categoria.

Estamos encerrando nossa luta, não porque concordamos com a proposta apresentada pelo governo, a qual rechaçamos, mas por esses elementos que não nos permitem manter a greve. Retornaremos ao trabalho com a cabeça erguida, por saber que fazemos parte daqueles que ousam e lutam hoje e sempre! Daremos um passo atrás, para acumularmos forças para retomar a campanha salarial nos próximos anos, quando daremos, certamente, dois passos à frente.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2015 JULHO | AGOSTO

SALDO INICIAL	R\$ 258.048,13	R\$ 263.198,96
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagamento empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 199.858,29	R\$ 199.092,96
DESPESAS		
ADMINISTRATIVO (Aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 21.040,61	R\$ 25.897,45
FUNCIONÁRIOS (FGTS, salários, seguro saúde, férias, INSS, VR, VT, etc.)	R\$ 60.229,87	R\$ 60.895,03
SINDICAL / GREVE (Assembleias, caravana, atos etc.)	R\$ 41.327,43	R\$ 68.796,32
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática etc.)	R\$ 38.228,12	R\$ 39.031,25
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 428,00	R\$ 11.898,26
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 598,91	R\$ 7.009,23
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 24.540,84	R\$ 25.690,32
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 4.877,02	R\$ 3.008,00
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 3.436,66	R\$ 3.890,14
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 194.707,46	R\$ 246.116,00
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ - 5.150,83	R\$ - 47.023,04
SALDO FINAL	R\$ 263.198,96	R\$ 216.175,92

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**



Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Álvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP:01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.



DERROTAR O AJUSTE FISCAL!

Que os ricos paguem pela crise!

O cenário nacional está marcado pelo aprofundamento da crise econômica, agravando a crise de governabilidade hoje existente. Todos os indicadores apontam para um quadro de recessão, gerando um forte impacto no emprego dos trabalhadores, podendo atingir até 2 milhões de demissões no ano de 2015. Em alguns setores industriais a situação já é dramática.

O aumento dos preços das tarifas públicas, dos alimentos, o endividamento das famílias, o aumento da inflação, o arrocho salarial e a queda da renda dos trabalhadores deterioram ainda mais a situação dos mais pobres.

O governo acaba de lançar mais um pacote de cortes de R\$ 26 bilhões, ampliando o “ajuste fiscal”. As novas medidas incluem um drástico arrocho nos salários com suspensão do reajuste e retirada de direitos do funcionalismo, suspensão dos concursos públicos, novos cortes na saúde e em áreas sociais, incluindo programas de moradia e educacional. Também propôs a volta da CPME.



Foto: Romerito Pontes

O governo já havia proposto e aprovado no Congresso as MPs 664 e 665 que, entre outros ataques, penalizam os trabalhadores com a restrição ao seguro desemprego e o seguro defeso para os pescadores, além da diminuição do pagamento de pensões e o abono do PIS. O governo vetou o reajuste das aposentadorias de quem recebe mais do que um salário mínimo e lançou a “Agenda Brasil”, junto com Renan Calheiros - PMDB, presidente do Senado. Um programa que tem, entre os seus pontos principais, reivindicações de grandes setores burgueses, como o agronegócio (flexibilização das áreas indígenas e licenças ambientais); regulamentação da terceirização; o aprofundamento da Lei de Responsabilidade Fiscal para estados e municípios; estabelecimento de idade mínima de aposentadoria; aprovação do Código Mineral; cobrança pelo uso do SUS, dentre outras.

Dilma também editou a Medida Provisória 680 que permite aos patrões a redução da jornada de trabalho e dos salários dos trabalhadores, o chamado PPE - Programa de Proteção ao Emprego - na verdade um plano de

proteção aos lucros das empresas em crise e ainda a MP 676/15 que cria o fator 90/100 a partir do veto ao 85/95 aprovado no Congresso.

Seguem as privatizações, tanto pelo governo federal, na Petrobras, portos, aeroportos, hospitais universitários e rodovias, como pelo PSDB e governos estaduais, com a privatização da linha 5 do metrô de São Paulo e a companhia de energia de Goiás.

O Congresso Nacional também segue aprovando leis que significam retrocessos importantes. São projetos de cunho conservador e até reacionários, como a redução da maioria penal, além de ataques aos direitos das mulheres, negros e da comunidade LGBT.

O Congresso votou, em primeiro turno, a chamada Lei Antiterrorismo, que abre caminho para uma ainda maior criminalização de manifestações. Também aprovaram uma contrarreforma política restritiva, que afeta fundamentalmente os direitos políticos dos partidos da esquerda socialista (PCB, PCO, PSOL e PSTU). O objetivo é calar a expressão política de parte importante da esquerda do nosso país.

A polarização social e a criminalização dos pobres é outro elemento da

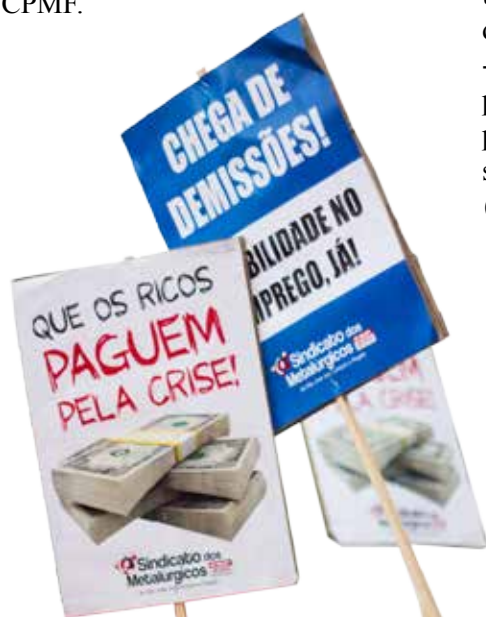
realidade. Há forte repressão em várias manifestações de trabalhadores; pessoas sendo assassinadas em ações de revanchismo da PM em vários estados, execuções sumárias, algumas televisionadas, de jovens pela polícia, um verdadeiro genocídio da juventude negra nas periferias, bem como imigrantes haitianos sendo baleados em São Paulo.

Os trabalhadores não são os responsáveis pela crise, portanto, não podem pagar os seus custos enquanto segue a sangria de recursos públicos para o pagamento da dívida e grandes empresários e banqueiros têm lucros astronômicos.

Esse quadro exige uma intervenção decidida das organizações dos trabalhadores. Precisamos avançar na construção de uma alternativa classista de luta mais ampla, contra o governo federal e a oposição burguesa e o “ajuste fiscal”, as políticas patronais, apresentando um programa de interesse dos trabalhadores, que se contraponha aos dois blocos políticos burgueses principais.

As organizações de esquerda não podem defender a continuidade do governo Dilma ou apenas uma mudança de orientação desse governo, que é repudiado pelos trabalhadores. E também não podem se confundir com a oposição burguesa, que defende o impeachment, entregando a esse Congresso, corrupto, reacionário e financiado pelas empreiteiras, a solução da crise. Não haverá mudanças reais se esse governo for substituído por Temer, Cunha, Renan ou Aécio.

Por isso lutamos contra os dois blocos e fazemos um chamado para que as direções da CUT, CTB e Força Sindical, dentre as demais centrais, se somem a defesa e organização de uma Greve Geral que coloque abaixo o ajuste e demais políticas que atacam os trabalhadores!





Lições da Campanha Salarial de 2015

O funcionalismo realizou uma importante greve em defesa da valorização dos serviços públicos e contra os ataques do governo federal, que tentou impor um acordo com vigência de 04 anos, com índices abaixo da inflação, impossibilitando qualquer negociação de perdas passadas.

Diante da rejeição unânime da proposta por parte das entidades que integram o Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Federais (Fonasefe), com diversas categorias em greve há mais de dois meses, o Governo resolveu apresentar uma alternativa com vigência de 02 anos, mas, mantendo os mesmos índices irrisórios. Essa proposta também foi rechaçada nacionalmente pela maioria das entidades e por diversas assembleias de base, a exemplo dos órgãos que estiveram em greve em São Paulo: MTE, Incra e Ipen.

Ambas as propostas do governo foram desrespeitosas com os servidores públicos, que sofrem diariamente com um brutal arrocho salarial, assédio moral e falta de condições de trabalho. São uma demonstração de que o governo segue privilegiando os bancos e grandes empresas, e que, para fazer frente à crise econômica, assim como os governos na Europa, joga a conta nas costas dos trabalhadores.



Marcha dos servidores públicos federais em Brasília durante a greve



Ato unificado sem São Paulo



Ismael Souza, Secretário Geral do Sindsef-SP, no ato unificado em São Paulo

servidores públicos.

O Fórum elaborou um manifesto com a rejeição ao pacote. O documento foi protocolado na Presidência da República, Presidência do Senado e Presidência da Câmara dos Deputados.

As entidades do funcionalismo público federal, ligadas à CSP-Conlutas, buscaram, desde o início unificar e fortalecer ao máximo a greve no Fórum das Entidades Nacionais dos SPF. Porém, as entidades e Centrais dirigidas pelos setores governistas ainda seguiram apoiando Dilma e não se empenharam, de fato, em construir processos que pudessem impedir os ataques e garantir os direitos.

A greve do funcionalismo federal deste ano contou com pouca adesão da Condsef que, embora falassem em unidade, luta e mobilização no Fórum das Entidades Nacionais, objetivamente não se jogou para construir uma greve mais ampla e acabou assinando o acordo de dois anos com o governo.

A greve foi encerrada, mas não porque os servidores de conjunto concordassem com a proposta apresentada pelo governo, mas por esses elementos mencionados que não permitem mantê-la.

Mas, em todas as categorias, os servidores retornam ao trabalho com a cabeça erguida, por saberem que fizeram sua parte e que vão seguir lutando hoje e sempre! Será um passo atrás, para pegar impulso para retomar a campanha salarial nos próximos anos, quando, certamente, dois passos à frente serão dados. A avaliação sobre a campanha salarial deve ser debatida com mais profundidade no Congresso do Sindsef-SP que ocorre nos dias 16 e 17 de outubro. Após o Congresso serão divulgadas as propostas para continuidade da luta.

A greve também pautou a luta contra a aplicação do duríssimo ajuste fiscal nas contas públicas, com cortes nos orçamentos da Saúde, Educação e outros serviços essenciais à população, além da retirada de direitos dos trabalhadores. As medidas do pacote do governo atacam brutalmente o funcionalismo público federal e levam ao congelamento salarial na medida em que adiam o reajuste para agosto de 2016, estabelecem o fim do abono permanência e suspendem os con-



MARCHA NACIONAL DOS TRABALHADORES

Ou param os ajustes ou paramos o Brasil

Os trabalhadores atenderam ao chamado e compareceram à Av. Paulista para marchar contra a política que está em curso, contra Dilma - PT, Cunha / Renan e Temer - PMDB e Aécio – PSDB! A atividade foi organizada pela CSP-Conlutas e cerca de 40 entidades dos movimentos sindicais e sociais, além de partidos políticos como PSTU, PCB e PSOL.

Com muita garra e disposição mulheres e homens da classe trabalhadora realizaram uma vitoriosa manifestação que reuniu mais de 15 mil pessoas na Av. Paulista

Bonecos da presidente Dilma, do senador Aécio e do presidente do Congresso Cunha, foram um sucesso à parte, ao som de palavras de ordem “Chega de Dilma e de Aécio, Chega de Cunha e deste Congresso!”.

Participaram diferentes categorias: Servidores públicos das três esferas (Federal, Estaduais e Municipais), operários da construção civil, metalúrgicos, garis, trabalhadores dos Correios, comerciários, professores, entre outros. Também participaram delegações de sem-teto de várias ocupações, Movimento Quilombo Raça e Classe, Movimento Mulheres em Luta, LGBT's. Enfim, várias bandeiras unificadas para enfrentar e derrotar o Ajuste Fiscal, a Agenda Brasil, e construir uma alternativa classista, que atenda as reais necessidades dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre.

Ainda na concentração, a indígena Valdenice Veron, da tribo guarani Kaiowa, fez um emocionante apelo em apoio à luta contra o agronegócio e o extermínio dos povos originários. “Estamos demarcando nossa terra com nosso sangue. Meus pais e irmãos foram mortos pelo agronegócio”, denunciou.

A marcha acontece após o governo anunciar mais um pacote de maldades contra os trabalhadores. Desta vez, o alvo principal foi o fun-



cionalismo. O ajuste fiscal proposto por Dilma, irá aumentar o sucateamento dos órgãos públicos e com isso penalizar ainda mais a população pobre.

“Temos que fortalecer esse campo que está nas ruas hoje. Um campo que organiza a classe trabalhadora para dizer não à Dilma, ao PSDB, ao Temer, a toda corja que seguem eles”, disse a dirigente da CSP-Conlutas São Paulo, Paula Pascarelli.

Durante o longo percurso, várias intervenções criticaram a política econômica do governo, o ajuste fiscal, a Agenda Brasil e defendiam a construção de um campo da classe trabalhadora, em alternativa a essa falsa polarização entre o PT, PMDB e PSDB que acompanhamos nos meios de comunicação de massa.

No encerramento, Mancha, membro da Secretaria Executiva da CSP-Conlutas, falou da importância da manifestação: “Esta Marcha, que reúne milhares de trabalhadores de norte a sul do país, já é uma grande vitória, mas é só o começo. Com várias greves se espalhando pelo país, começamos agora a construir uma alternativa política ao governo e à oposição de direita. Não acreditamos no PT nem na ladainha do PMDB e PSDB. Nas ruas, vamos derrubar o governo e construir nossa alternativa”.

Encontro de Lutadores e Lutadoras

No dia seguinte, 19/09, foi realizado o Encontro de Lutadores e Lutadoras. Nele, foi aprovada uma resolução política com as bandeiras reivindicatórias definidas na marcha e calendário da mobilização para o próximo período.

Confira os 10 pontos que unem a proposta de alternativa classista para lutar contra o bloco burguês do governo e o da oposição burguesa:

- 1 – Nem governo do PT, nem os picaretas do PMDB e PSDB
- 2 – Não aceitamos pagar a conta da crise. Abaixo o ajuste fiscal e a Agenda (anti) Brasil!
- 3 – Ajuste nos banqueiros. Os ricos que paguem pela crise
- 4 – Queremos estabilidade no emprego e redução da jornada sem redução salarial
- 5 – Exigimos o fim da farra das privatizações
- 6 – Exigimos o fim da corrupção
- 7 – Defendemos os direitos democráticos da esquerda
- 8 – Somos contra a redução da maioridade penal
- 9 – Somos pela demarcação das terras indígenas e em defesa da causa dos quilombolas
- 10 – Cobramos o fim da violência e da criminalização dos ativistas e do povo pobre



Dando continuidade à organização de uma alternativa política de mobilização classista, no Encontro Nacional foram definidas algumas ações. Dentre elas, estão: a realização de reuniões e plenárias sindicais e populares nos Estados e/ou regiões; a realização de uma jornada de mobilização (Outubro de Luta), com os mesmos eixos da Marcha Nacional, incorporando a essa jornada um caráter internacionalista; dar todo apoio às lutas, greves, ocupações e demais mobilizações contra o ajuste fiscal e os ataques patronais e dos governos das três esferas e; atuar na unificação das campanhas salariais, rumo à construção da greve geral.



A luta continua

Servidores do Incra e MDA estão apreensivos com os rumos do setor agrário na atual conjuntura do país, pois as medidas que compõem o novo pacote de maldades do governo, mais uma vez, evidenciam a falta de compromisso com os órgãos que atuam implementando políticas sociais e com aqueles que trabalham para executá-las.

Para denunciar a situação, os servidores realizaram uma árdua greve pelo país. No Incra/SP, o movimento durou cerca de 40 dias, e expôs vários problemas que geram grande dificuldades no cotidiano dos trabalhadores e afetam os beneficiários dos serviços prestados.

Mas o governo segue jogando duro. Na reta final da Campanha Salarial dos SPFs, a equipe de Dilma

divulgou um pacote de medidas, que além de significar o congelamento salarial do funcionalismo, ainda prevê, entre outras coisas, o fim do Abono de Permanência que, se aprovado, irá ampliar o esvaziamento do Instituto.

Atualmente, o Incra/SP conta com 105 servidores na ativa, e destes, 17 já podem se aposentar.

A reforma administrativa, criada pela presidente Dilma e sua equipe, também tem gerado grande expectativa na categoria.

Uma delegação do Incra/SP, participou da Mesa de Negociação Permanente do setor e defendeu a rejeição da proposta do governo, por considerá-la muito aquém da pauta de reivindicação. A decisão foi aprovada na mesma assembleia que encerrou o movimento grevista.



Foto: Fábio Corrêa

Atividades de greve

A solidariedade de classe marcou este processo, foram atos unificados dos federais e com os servidores do Instituto de Terras de São Paulo, que também fizeram uma forte greve, demonstrando que o descaso com a reforma agrária e com o desenvolvimento dos assentamentos é um fato que se repete no âmbito estadual.

Além disso, levaram suas reivindicações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, pedindo mais empenho numa proposta diferenciada para a categoria, uma vez que o próprio Ministro reconheceu em Aviso Ministerial a impossibilidade de executar as ações e programas sem concurso público e reestruturação de carreiras.

SPU

Servidores exigem respeito e valorização do órgão

Paralisação das atividades e pânico marcaram as mobilizações dos servidores da SPU/SP, em prol da campanha salarial unificada do funcionalismo, combinada com as demandas específicas do órgão.

Os ativistas lembram que a luta histórica por um plano de carreira próprio encontra-se engavetado há anos no Ministério do Planejamento.

A falta de perspectiva é um obstáculo para formar e manter um quadro de servidores adequado em número e qualidade. “Frente à situação de desmonte da SPU e os baixos salários, os servidores buscam melhores condições de trabalhos em outros órgãos públicos e na iniciativa privada, ge-

rando uma enorme evasão de mão de obra”, comenta um delegado de base.

Outra importante reivindicação é uma solicitação de verbas para realização de obras emergenciais nas instalações da SPU/SP, a fim de acabar com a insalubridade presente no ambiente. Os trabalhadores relatam presença de baratas e de infiltrações que causam grandes prejuízos à saúde. Porém, o pedido foi negado alegando um cenário de crise econômica.

O interessante é que para realizar uma construção faraônica, que irá abrigar uma espécie de shopping, no complexo de prédios da Câmara de Deputados, os governantes irão desembolsar cerca de 1 bilhão de reais.

Diante deste cenário, os servidores decidiram em assembleia rejeitar a proposta de reajuste do governo e irão apostar no fortalecimento das mobilizações para não pagar a conta desta crise.



FUNDACENTRO

Servidores rejeitam proposta e apostam na força da mobilização

Este ano a campanha salarial dos SPFs contou com a valorosa adesão dos servidores da Fundacentro. Indignados com a postura do governo federal, os trabalhadores decidiram arregaçar as mangas e entrar na luta para fortalecer o movimento nacional e os setores que estavam em greve no estado.

Com muita garra eles aprovaram a realização de paralisações de duas horas diariamente. Na ocasião eles se reuniam para analisar os desdobramentos das negociações em Brasília e para debater temas de interesse dos servidores.

A mobilização ocorreu de 20/08 até o dia 08/09. Neste período inúmeros assuntos foram tratados pelos ativistas, como: assédio moral no serviço público, necessidade urgente de realização de concurso público para suprir a falta de mão de obra e combater a expansão da terceirização.

A definição de uma data base para o funcionalismo, também esteve entre os principais itens da pauta de discussão.



Foto: Fábio Corrêa

A proposta de “reajuste” do governo foi rejeitada repetidas vezes pelos servidores da Fundação, mesmo antes de sinalizar com o adiamento para agosto/2016.

Os servidores avaliam que ainda há espaço para lutar e reverter esta situação de sucateamento e desvalorização diária existente em quase todo o serviço público.

“Este movimento representou um resgate da discussão do nosso cenário na conjuntura econômica e política e o desafio de entender o que está por detrás da desconstrução do serviço público em geral”, avaliou o comando de greve local.



IPEN Greve termina, mas a luta não acabou

Os servidores do Ipen, em mais uma demonstração de força e coragem, aderiram à greve nacional do funcionalismo e fizeram 31 dias de uma intensa paralisação. Uma mobilização difícil que não contou nacionalmente com o apoio da Condsef, que optou por poupar o governo e não jogou peso na construção da Campanha Salarial.

Apesar de todas as dificuldades, uma parte significativa dos trabalhadores do Ipen se dispôs a parar. A greve contou com a adesão de aproximadamente 40% dos servidores. Os motivos para aderir ao movimento são muitos. Além da pauta geral

do funcionalismo, desde o início do ano, os servidores estão lutando contra o ataque a diversos direitos, tais como o corte orçamentário, a insuficiência de recursos do governo para o Plano Médico, o reduzido investimento em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), etc.

Depois de muita luta, o governo recuou de engessar o reajuste dos servidores com 21,3% parcelado em quatro anos e ofereceu 10,8% parcelado em dois anos. O índice de reajuste ainda é muito inferior a projeção da inflação oficial, mas certamente, não ficar amarrado por um período mais longo só foi possível



Foto: José Sousa

devido à greve.

Os servidores do Ipen decidiram encerrar o movimento, rejeitando a proposta do governo e condenando o papel da Condsef que não se empenhou em construir a greve de forma efetiva. Seguem acreditando que o único caminho para barrar os ataques é através da luta dos trabalhadores.

“Nos orgulhamos muito destes

trabalhadores, que com todas as dificuldades e pressões se mantiveram unidos e coesos. Encerram o movimento fortalecidos, com a moral elevada, pois, apostaram na sua força e união, e mais uma vez demonstraram que não irão aceitar calados, e de cabeça baixa que sejam desrespeitados, nem atacados”, afirmou o comando de greve local.

IBAMA Campanha por “Data base já!”



Foto: Fábria Corrêa

Em assembleia local, realizada no Ibama/Supes os servidores retomaram o debate referente a necessidade de impulsionar uma forte campanha por “Data base já!”. Avaliaram que, se houvesse a data base, o governo não poderia ficar alterando as datas do reajuste, a não ser que pagasse o retroativo.

O fim do pagamento do Abono de Permanência e o cancelamento dos concursos públicos em 2016 também foram destaques na assembleia.

Com a extinção, o mais provável é um aumento no número de aposentadorias e, conseqüentemente, ampliação do número de cargos vagos.

Em pouco tempo a situação ficará insustentável e poderá ser usada para legitimar a substituição de servidores estatutários por terceirizados.

Também foi abordado o processo de fechamento dos escritórios regionais do Ibama. A presidente da autarquia, Marilene Ramos, publicou uma portaria em 23/08, onde, fica explícito

que pretendem fechar um considerável número de escritórios regionais, em até 60 dias. Os servidores consideram que tal decisão é bastante equivocada.

“Diante das medidas de ajuste fiscal do governo, o esvaziamento do instituto irá se intensificar, o que facilitará o fechamento das unidades.”, observou o servidor Luís Frosch.

Também fez parte da pauta a situação do contrato de terceirização nas dependências do Ibama. Em vários órgãos os terceirizados, estão com salários e/ou benefícios atrasados ou são dispensados pelas empresas sem receber as verbas rescisórias. A administração pública também é responsável por isso, pois não está cumprindo o contrato e atrasa o repasse para as empresas.

Fica cada vez mais claro que servidores e terceirizados precisam se unir para combater a política de ataques aos direitos dos trabalhadores de forma geral.

MTE Recarregar as baterias para avançar

O Ajuste Fiscal da presidente Dilma, somado à política de sucateamento e esvaziamento do MTE, impulsionou os servidores a participarem da greve nacional dos SPFs. O movimento contou com adesão de funcionários da SRTE/SP, gerências e agências da capital, litoral e interior.

Os grevistas adotaram várias iniciativas para ampliar o movimento: realizaram atos, arrastão e apitação na SRTE, foram em unidades do interior para buscar novas adesões, além de participar de atos gerais dos SPFs no estado e em Brasília.

Após 45 dias de greve, os servidores decidiram retornar ao trabalho, mas rejeitaram a proposta do governo e criticaram a falta de empenho da Condsef na construção e fortalecimento do movimento nacional.

Mesmo reconhecendo que houve um pequeno avanço, resolveram não legitimar esta proposta, que apesar de

reduzir o parcelamento para dois anos (2016 - 5,5% e 2017 - 5%), sequer repõem as perdas da inflação acumulada em 2015, estimada em mais de 10%.

Outra preocupação dos servidores tem a ver com a fusão dos Ministérios do Trabalho e Emprego com o da Previdência Social, fruto da reforma administrativa da presidente Dilma, boato que ganhou forças nos corredores das unidades, gerando um clima de grande expectativa entre os servidores.

Diante dos ataques do governo contra o funcionalismo, os servidores precisam ter claro que só conseguiremos avançar se houver luta e cada vez mais forte. Por isso, a importância que todos participem das assembleias e das atividades convocadas pelo sindicato. É preciso reforçar o coletivo. É preciso combater as direções governistas do movimento que nos levam às derrotas e discutir alternativas de direção à Condsef.



Foto: Fábria Corrêa



20º Congresso do Sindsef-SP

Os preparativos para o 20º Congresso do Sindsef-SP estão na reta final. O evento ocorre nos dias 16 e 17 de outubro, no hotel San Raphael, na capital paulista. Este ano, diante dos ataques que estão colocados, o Congresso será um espaço de suma importância para organizar a categoria para os enfrentamentos que estão por vir.

Os delegados eleitos terão oportunidade de debater temas da conjuntura nacional e internacional, fazer balanço do movimento geral dos servidores e da atuação do sindicato, traçar o plano de lutas para o próximo período, analisar a prestação de contas do sindicato, dentre outras coisas. Ao final do Congresso será instalada a Assembleia Estatutária, onde os servidores poderão deliberar sobre alterações no estatuto da entidade.

Lembramos, que a Assembleia Estatutária é aberta a todos os servidores filiados ao Sindsef-SP que queiram participar. Mas, para o Congresso somente aqueles eleitos nas

assembleias poderão participar. A diretoria do Sindsef-SP está realizando assembleias na capital, litoral e interior para eleger os delegados.

O edital de convocação do Con-

gresso foi publicado no dia 14 de agosto, no Jornal diário de São Paulo e nos meios de comunicação do Sindsef-SP: (site: www.sindsef-sp.org.br e fanpage: [facebook/sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp)).

16 e 17 de outubro de 2015
Hotel San Raphael



Avançar no trabalho de base
Lutar não é crime!

DICA CULTURAL

FRIDA KAHLO - UMA MULHER A FRENTE DO SEU TEMPO



A capital paulista recebe a megaexposição com as obras de Frida Kahlo, pintora e ativista política mexicana. A mostra fica em cartaz de 27/09 a 10 de janeiro, no Instituto Tomie Ohtake, situado na Rua dos Coropés, 88 - Pinheiros.

Frida Kahlo Calderón nasceu em 1907, em Coyoacán. Sua obra é marcada por dor e luta; cores e vazios; alegria e morte que não só nos dizem muito sobre o México de sua época, como também transformaram Frida em um exemplo único na história das artes plásticas na América Latina.

Na infância ela contraiu poliomielite, que a deixou com uma perna deformada. Aos 18 anos sofreu um gravíssimo acidente de bonde e teve várias fraturas pelo corpo.

Mas, assim como os mexicanos fazem do Dia de Finados o mais festivo e criativo feriado popular, Frida transformou seu sofrimento em fonte de criação. Muitos de seus quadros revelam graça e erotismo. Também não são poucos os que fazem referência às lutas de seu povo e dos trabalhadores mundo afora.

Nesta exposição, num caso raro e inédito no Brasil, estão reunidas cerca de 20 das 143 telas de Frida, além de 13 obras sobre papel - nove desenhos, duas colagens e duas litografias -, proporcionando ao público brasileiro amplo panorama de seu pensamento plástico.

A visitação está aberta de terça a domingo, das 11h às 20h (bilheteria até as 19h). São 2 sessões por dia: 11h às 15h30 (entrada até as 15h) e das 16h às 20h (entrada até as 19h). Os ingressos custam R\$10,00 (inteira) e R\$5,00 (meia) - Crianças até 10 anos, cadeirantes e deficientes físicos a entrada é gratuita todos os dias da exposição; às terças-feiras, a entrada é gratuita para todos.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O SINDSEF-SP - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, em conformidade com o artigo 82º de seu estatuto, convoca todos os seus filiados para participarem da ASSEMBLEIA GERAL PARA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA, a realizar-se no dia 17(dezesseis) de outubro de 2015 (dois mil e quinze), às 15h30 (quinze e trinta) horas em primeira convocação e as 16h (dezesseis) horas em segunda e última convocação, nas dependências do Hotel San Raphael, situado no Largo Arouche, 150 – Centro - São Paulo / SP, CEP.: 01219-903.

São Paulo, 22 de setembro de 2015.

DIRETORIA COLEGIADA DO SINDSEF-SP

APOSENTADOS - Nos dias 11 e 12 de Novembro deve ocorrer o VIII Encontro de Aposentados e Pensionistas do Sindsef-SP. Maiores detalhes sobre o evento e critérios de participação serão enviados em boletim específico do setor. Também poderão ser acompanhados no site/facebook do sindicato.